Boletim Informativo do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal

SINDICAL informa

GESTÃO TRANSPARÊNCIA E LEALDADE

Brasília, 25 de julho de 2016

Edição CLDF número 18 de 2016

SINDICAL PARTICIPA DE AUDIÊNCIA CONTRA PLP 257/16

Na tarde do dia 13 de julho, a diretoria do Sindical esteve no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, para participar de debate a respeito do Projeto de Lei Complementar PLP 257/2016. O evento foi realizado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados e teve a participação de diversas entidades sindicais e de movimentos sociais.

Presente no evento, o deputado Rôney Nemer (PP-DF) criticou a forma como o projeto ataca os direitos dos servidores públicos. "Incluíram alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal que prejudicam e retiram direitos de servidores públicos, dando a entender que se cortar benefício de servidor e demiti-lo vai resolver o problema dos estados. O que resolve o problema, na verdade, é boa gestão", afirmou. A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) também participou do debate, para ela, a proposta do PLP 257/2016, não só prejudica os servidores públicos, como compromete o funcionamento de toda estrutura estatal. "Propostas como esta fazem com que a classe não tenha perspectiva de carreira, o que é um absurdo. É impossível fazer política pública sem quadro funcional", afirmou.

Desde que o PLP 257/2016 foi apresentado na Câmara dos Deputados, o Sindical iniciou uma verdadeira batalha contra a proposta, partindo em busca de alianças e reforços na luta contra o projeto que, para a nossa entidade, representa um desrespeito aos direitos dos servidores públicos, que nada tem a ver com o objetivo originário da proposição, qual seja, a negociação das dívidas dos estados e do DF.

O sindicato está atuante e atento a todas as movimentações do PLP 257 e, também, das demais tentativas de retirar direitos de servidores públicos.

O PLP 257/2016 trata da renegociação de dívida dos estados com o Governo Federal e está sendo combatido por trazer, sem seu texto, diversos prejuízos aos servidores

Ana Paula Alves

Presidente do Sindical, Jeizon Silverio, presidente do TCDF, conselheiro Renato Rainha, representantes de entidades e federações nacionais e o dep. federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

públicos. No dia 12 de junho, a Câmara dos Deputados aprovou pedido de urgência constitucional do projeto. A aprovação teve 335 votos favoráveis, 118 votos contrários e três abstenções. Os deputados federais Alberto Fraga (DEM-DF), Ronaldo Fonseca (PROS-DF), Izalci Lucas (PSDB-DF), Laerte Bessa (PR-DF) e Rogerio Rosso (PSD-DF) votaram a favor da urgência na tramitação do projeto. Dos oito deputados federais da bancada do DF, apenas Erika Kokay, Roney Nemer e Augusto Carvalho não foram a favor da tramitação em regime de urgência da proposta.

COM APOIO DE REGUFFE, SENADO APROVA PEC QUE LIMITA GASTOS DOS LEGISLATIVOS E TRIBUNAIS DE CONTAS

Foi aprovada em segundo turno, no Senado, dia 12 de julho, a Proposta de Emenda Constitucional nº 30/2014, de autoria do senador João Capiberibe (PSB/AP), que altera a Constituição Federal com o objetivo de fixar limite máximo de despesas das Assembleias Legislativas dos Estados, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. A votação teve 62 votos favoráveis, dois contrários e uma abstenção.

Representante do Distrito Federal, o senador José Antônio Reguffe (sem partido/DF) votou favorável à PEC. "Uma proposta que visa restringir esses gastos dos Parlamentos, na minha concepção, é uma proposta positiva. Por isso, o meu voto favorável", disse. A proposta segue, agora, para análise da Câmara dos Deputados. Mas uma vez o senador Reguffe se utiliza de meias-verdades para sustentar seus argumentos demagógicos. É importante salientar que a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, já estabelece limites de gastos de pessoal, o que demonstra a desnecessidade da PEC 30/2014.

Pedro França/Agência Senado

Reguffe votou a favor de PEC que fixa limite máximo de despesas nas Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas dos Estados.

PEC 241/16 - "NOVO REGIME FISCAL" MAIS UMA AMEAÇA AOS SERVIDORES!

No mês de junho, chegou à Câmara dos Deputados, enviado pelo presidente interino Michel Temer, o "Novo Regime Fiscal", proposta de emenda à Constituição (PEC) 241/2016 que limita as despesas primárias da União aos gastos do ano anterior corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Se aprovada, a regra vigorará por 20 anos. O poder ou órgão que extrapolar o teto anual ficará impedido de aumentar as despesas com pessoal no ano seguinte – não poderá conceder reajuste aos servidores públicos nem fazer alterações em estruturas de carreiras que impliquem aumento de despesas. A contratação só será permitida para reposição de vagas abertas por aposentadoria ou falecimento de servidores. A realização de concursos públicos também fica impedida em caso de descumprimento do limite estabelecido.

A PEC já aguarda o parecer do relator, deputado Danilo Forte (PSB-CE), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Caso seja aprovada, segue para apreciação e votação em uma comissão especial, seguindo para votação na Câmara dos Deputados. O Sindical continuará trabalhando contrariamente a essas proposições!

Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal - Sindical - Diretoria: **Presidente:** Jeizon Allen Silverio Lopes; **1º Vice-Presidente:** Pedro Inácio da Silva; **2º Vice-Presidente:** Átila Vinícius de Carvalho; **Diretor Secretário:** Moacyr Martins Amaral Filho; **Diretor de Administração:** Maria do Amparo Pereira de Araujo; **Diretor de Assuntos Jurídicos:** Luiz Alberto Alves Ferreira; **Diretor de Finanças:** José Benício Medeiros de Souza; **Diretor de Comunicação Social:** Victor Lúcio Figueiredo; **Diretor de Formação Sindical:** Kleber Chagas Cerqueira; **Diretor de Assuntos Econômicos:** Yasmin Carla Marchioro Silverio. Sig QD 2 - Lotes 420, 430, 440 - Edifício City Offices - Salas 231/233 Fone: 33478400 - www.sindical.org.br - sindical@sindical.org.br.